



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

Parecer nº 157/2022 – G3P

Brasília/DF, 3 de março de 2022.

Processo nº 00600-00000044/2020-13

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF)

Assunto: Aposentadoria

Ementa:

1. Aposentadoria. Invalidez simples. Ausência de laudo médico de reavaliação. Determinação. Descumprimento. Notificação do servidor para apresentar alegações de defesa. Decisão nº 3013/2021. Ilegalidade da concessão. Preclusão do direito à juntada de defesa. Defesa posteriormente juntada aos autos. Conhecimento como Pedido de Reexame. Informação nº 290/2021 – NUREC. Exame de mérito.
2. Unidade técnica sugere o acolhimento de preliminar com o **provimento** do apelo. Alternativamente, caso não acolhida a sugestão, entende que o recurso deve ser desprovido.
3. Parecer do MPC/DF **divergente**.

Tratam os autos do exame da legalidade do ato de aposentadoria por invalidez, publicado no DODF de 20/04/2012, do servidor **Leonardo André dos Santos**, matrícula nº 118.241-2, no cargo de Técnico em Saúde – Técnico Administrativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

2. Ao analisar, inicialmente, a legalidade do ato de aposentadoria, este e. Tribunal apontou, no bojo da Decisão nº 986/2020 (peça 9), de 08/04/2020, o fato de o Laudo que conduziu à aposentadoria ter sido explícito ao estabelecer a necessidade de reavaliação do servidor dois anos após sua emissão, ocorrida em 26/11/2011, o que levou à deliberação no sentido de requerer a juntada desse novo laudo. Ademais, determinou-se ajustes no ato eletrônico para o fim de fazer constar o código CID da doença que ocasionou a invalidez.

3. Em atendimento, o aposentado foi convocado e compareceu à jurisdicionada em 22/09/2020 para realização de avaliação (Despacho SEI 47908256 – anexo SIRAC, de 28/09/2020), deixando, contudo, de apresentar



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

documentação médica atualizada, o que teria impossibilitado a conclusão da avaliação pericial.

4. Diante disso, mediante a Decisão nº 1205/2021 (peça 25), proferida na Sessão Ordinária nº 5248, de 31/03/2021, o e. Plenário determinou à jurisdicionada a notificação do beneficiário para apresentar suas alegações de defesa, face a possibilidade de que tivesse sua aposentadoria considerada ilegal, e deliberou pela suspensão do pagamento no caso de não atendimento à convocação.

5. Procedida a suspensão, em atendimento ao aludido *decisum*, a partir da competência 06/2021, o aposentado encaminhou ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF suas alegações de defesa (peça 39), remetida ao Tribunal por intermédio do **Ofício nº 372/2021 – IPREV/PRESI, de 12/08/2021** (peça 43).

6. Contudo, antes que a peça defensiva – não datada – fosse carreada aos autos, **a c. Corte de Contas, na Sessão Ordinária nº 5266, de 11/08/2021**, por intermédio da Decisão nº 3013/2021 (peça 36), diante da aparente inércia do servidor, considerou ilegal o ato de aposentadoria, em razão da ausência de laudo médico confirmando a sua invalidez, e determinou à SES/DF a adoção de medidas para o exato cumprimento da lei, incluindo a “suspensão total” do pagamento do benefício.

7. Diante da impossibilidade de se identificar a data da apresentação do documento e pelo fato de ter sido ele juntado aos autos após a deliberação que considerou ilegal o ato de aposentadoria, a documentação do servidor foi conhecida pelo e. Plenário como Pedido de Reexame, conforme Decisão nº 3554/2021, de 15/09/2021 (peça 47).

8. Nesta mesma data, o IPREV/DF publicou no DODF o ato de reversão à atividade do Sr. Leonardo André dos Santos – possivelmente em decorrência da Decisão nº 3013/2021. Posteriormente, conforme ato publicado em 30/09/2021, o IPREV/DF, em atenção à suspensão dos efeitos da Decisão nº 3013/2021 decorrente do conhecimento da documentação como Pedido de Reexame, o Instituto tornou sem efeito a reversão.

9. Acerca da defesa em comento, vê-se que está fundamentada na alegação de que a aposentadoria, datada de abril de 2012, teria se dado após decisão da perícia médica da jurisdicionada, que considerara o interessado inválido para o trabalho, sem lhe informar acerca da necessidade de reavaliação posterior (peça 39, p. 1).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

10. Prossegue o servidor sustentando que teria recebido telefonema, após anos do ato concessório, e em meio à pandemia da Covid-19, para que comparecesse ao TCDF para reavaliação, o que teria sido por ele atendido mesmo não residindo no Distrito Federal há cerca de três anos (peça 39, p. 1).

11. Aduz, ainda, que teria sido surpreendido pelo bloqueio de seus proventos, o qual também não lhe teria sido comunicado previamente. A propósito, alega não ter recebido comunicações relacionadas à questão, tendo os novos moradores de sua antiga residência afirmado que as correspondências que não pertenciam a eles foram devolvidas aos Correios (peça 39, p. 1).

12. Dessa forma, por não ter sido comunicado pela jurisdicionada acerca da necessidade de se submeter a nova avaliação médica, requer o acolhimento das justificativas com o restabelecimento de seus proventos (peça 39, p. 1).

13. Após o conhecimento da aludida peça 39, o interessado apresentou nova documentação em complemento à anterior (peça 50), contendo Relatório Médico informando sua atual condição de saúde, bem assim a necessidade de afastamento pelo período de 30 (trinta) dias a contar da emissão do correspondente Atestado Médico.

14. Adicionalmente, registra que teria realizado a nova avaliação médica à época, caso tivesse tomado conhecimento da exigência, porquanto estava em tratamento e não haveria dificuldade em realizar a nova perícia.

15. Tal circunstância, porém, teria sido alterada posteriormente, uma vez que deixou o tratamento após três anos e meio sendo medicado e estando afastado dos motivos que geraram a patologia que conduziu à sua aposentadoria. Contudo, a notícia relativa a sua reversão teria gerado recaída que resultou no início de novo tratamento médico.

16. As referidas peças foram submetidas à análise técnica por parte do Núcleo de Recursos – Nurec, a qual restou consignada na Informação nº 290/2021 (peça 52).

17. Ao analisar as razões recursais, o Núcleo de Recursos, em sede de preliminares, ressalta que a alegação do servidor quanto a não ter sido cientificado acerca da necessidade de apresentar defesa pode ser procedente, uma vez que não há documentação nos autos que comprove o efetivo recebimento da comunicação por parte do servidor (peça 52, p. 6).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

18. Tal circunstância seria reforçada pela informação constante dos despachos do IPREV/DF de peça 40, nestes autos, e de peças 46 e 47 do Processo nº 00600-00007336/2020-87-e, no sentido de que a suspensão dos pagamentos teria se dado em razão da *“infrutífera localização do servidor”*, não tendo sido *“possível o contato com o ex-servidor”*.

19. Com isso, a Unidade Técnica defende que *“a ausência da notificação prévia, conforme determinado pelo Tribunal, constitui obstáculo ao exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa na medida em que impossibilita o interessado de se manifestar previamente à decisão que objetiva suprimir direito à aposentadoria”*.

20. Ademais, o Núcleo de Recursos apontou a impossibilidade de que a peça seja aproveitada para fins de defesa nestes autos, porquanto foi ela conhecida na forma de Pedido de Reexame pelo Tribunal.

21. Assim, entende que se mostra necessário dar provimento ao Pedido de Reexame para o fim de tornar sem efeito os itens II e III da Decisão nº 3013/2021, determinando, por conseguinte, que a SES/DF proceda a nova notificação do servidor para apresentação de defesa, ante a possibilidade de ter sua aposentadoria julgada ilegal.

22. Na hipótese de não acolhimento do aludido entendimento, no mérito, considera não haver elementos que permitam a revisão da deliberação que considerou ilegal o ato de aposentadoria, especialmente ao considerar que os esclarecimentos deixariam transparecer que sua saúde teria sido restabelecida, o que corroboraria possíveis razões para a não apresentação dos documentos requeridos pela SES/DF para emissão do Laudo Médico de Reavaliação.

23. Ao final, o Núcleo de Recursos sugeriu ao e. Plenário:

“I. tomar conhecimento:

a) da petição do Sr. Leonardo André dos Santos (peça 50) em complemento ao seu Pedido de Reexame (peça 39);

b) da Informação nº 290/2021 – NUREC;

II. acolher a preliminar de nulidade por conta da ausência de notificação prévia do Sr. Leonardo André dos Santos, tornando sem efeito os itens II e III da Decisão nº 3013/2021;

III. reiterar os termos da Decisão nº 1205/2021 para determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

a) notifique o servidor aposentado, Sr. Leonardo André dos Santos, por todos os meios admitidos em lei, para que, em igual prazo, apresente suas alegações de defesa, em face da possibilidade de ter sua aposentadoria julgada ilegal, bem como o pagamento da aposentadoria suspenso, enquanto não for confirmada sua invalidez, apresentando-se para realização de perícia médica;

b) anexe ao módulo SIRAC a notificação do interessado, conforme preconiza a Decisão nº 2419/2020 e a manifestação conclusiva, ouvida a junta médica oficial, sobre as razões de defesa do servidor e sua atual condição de saúde;

c) na falta do atendimento, por parte do servidor, da alínea “a”, suspenda o pagamento da aposentadoria;

IV. autorizar:

a) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE;

b) a ciência da decisão a ser proferida ao Recorrente, ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF;

c) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia dessa decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros.”

24. Mediante o Despacho nº 28/2022 – GCMM (peça 55), o Conselheiro Relator encaminhou os autos a este Órgão Ministerial para manifestação.

25. **É o que basta relatar. Passo a opinar.**

26. No que diz respeito às preliminares, peço vênias para apresentar entendimento divergente daquele consignado na análise empreendida pelo Núcleo de Recursos.

27. Ao compulsar os autos, pude verificar que o endereço utilizado pelo TCDF, em correspondência de 22/09/2021, para comunicação acerca da Decisão nº 3554/2021, qual seja, “Quadra 07, Conjunto A, Casa 17, Setor Central – Gama/DF” (peça 51), é o mesmo constante do documento anexado ao SIRAC em 02/06/2021, que buscou dar ciência da Decisão nº 1205/2021 ao servidor.

28. Nesse sentido, entendo que o aludido Recibo de Expediente de peça 51, por contar com Aviso de Recebimento assinado pelo próprio Sr. Leonardo André dos Santos em data posterior à da entrega da comunicação da Decisão nº 1205/2021, infirma sua alegação no sentido de não possuir mais relação com o endereço em questão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

29. A afirmação quanto à suposta devolução das correspondências aos Correios também não encontra amparo na documentação constante do Sirac, que registra tão somente a entrega ao destinatário do objeto com rastreador “MI001827040BR”.

30. Desse modo, observando, nos anexos ao Sirac, que o telegrama que dava ciência acerca da necessidade de apresentação de defesa foi postado em 13/04/2021 e entregue ao destinatário em 20/04/2021, dias após a prolação da deliberação que concedeu prazo para o exercício do contraditório, concluo que a hipótese aventada pela Unidade Instrutiva quanto ao prejuízo à ampla defesa não deve ser acolhida.

31. Em adendo, o interessado não esclareceu o contexto em que se deu a sua apresentação à jurisdição em 22/09/2020 para realização de perícia médica, conforme noticiado em Despacho juntado ao Sirac em 07/11/2020, no que concerne à forma pela qual foi ele cientificado acerca da necessidade de seu comparecimento na sede do órgão.

32. Por essa razão, em dissonância com o entendimento do zeloso Núcleo de Recursos, não vejo motivo para se cogitar a ocorrência de prejuízo ao contraditório e à ampla defesa no curso deste procedimento.

33. Noutra banda, faz-se necessário enfrentar a alegação de suposto desconhecimento relativo à necessidade de realização de perícia para reavaliação da sua condição de saúde, conforme consignado no primeiro Laudo de Avaliação.

34. Nesse particular, saliento que a alegação do servidor não se fez acompanhar de qualquer documentação probatória no que tange ao contexto de seu afastamento para aguardar a publicação da aposentadoria, mormente acerca da suposta dispensa de suas atividades em setembro de 2011 para aguardar em casa a publicação de sua aposentadoria, que ocorreu apenas em abril de 2012. Igualmente não lhe assiste a mera invocação de desconhecimento, desacompanhada de qualquer justificativa plausível e da respectiva evidenciação.

35. No mérito, considero estar acertada a conclusão da Unidade Instrutiva quanto à necessidade de manutenção do entendimento já adotado pela c. Corte de Contas, por não ter sido juntado aos autos o laudo médico de reavaliação e diante da afirmação do próprio interessado no sentido de que sua saúde foi posteriormente restabelecida.

36. Embora me posicione, de regra, no sentido de que, em recursos com efeito suspensivo, naufragando a pretensão do recorrente, impõe-se o *restitutio in integrum*, para repor o *status quo* e desestimular recursos temerários e



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

procrastinatórios, deixo de propor tal encaminhamento no presente feito. Isso porque, no caso em tela, partiu do próprio Tribunal a iniciativa de conhecimento como recurso da peça de defesa apresentada, não havendo como imputar ao responsável prática processual reprovável nesse aspecto.

37. Diante do exposto, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal, **em divergência com a Unidade Técnica**, sugere ao e. Plenário:

- I. tomar conhecimento:
 - a) da petição do Sr. Leonardo André dos Santos (peça 50) em complemento ao seu Pedido de Reexame (peça 39);
 - b) da Informação nº 290/2021 – NUREC;
 - c) do Parecer nº 157/2022 – G3P;
- II. rejeitar a preliminar de nulidade arguida pelo interessado;
- III. no mérito, negar provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Leonardo André dos Santos, restabelecendo os efeitos da Decisão nº 3013/2021;
- IV. autorizar:
 - a) a ciência da Decisão a ser proferida ao Recorrente, ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;
 - b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia dessa decisão, para viabilizar os correspondentes registros; e
 - c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para as providências de sua alçada.

É o parecer.

DANILO MORAIS DOS SANTOS
Procurador